



PARECER PRÉVIO Nº 13/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11466/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Simão Peixoto Lima (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 279/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acatou, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas do **Sr. Simão Peixoto Lima**, Prefeito Municipal de Borba, no curso do exercício de 2017, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, *caput* e parágrafos 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, pela permanência de irregularidades insanáveis, discriminadas no Relatório/Voto;

10.2. Conforme destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, encaminhar, após a sua devida publicação, este Parecer Prévio, acompanhado no Relatório/Voto e de cópia integral deste Processo, à **Câmara Municipal de Borba**, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da



PARECER PRÉVIO Nº 13/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Constituição do Estado): O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal de Borba pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação. O Parecer Prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 13/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11466/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Simão Peixoto Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 279/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2017.

Determinação. Recomendação. Ciência.
Encaminhamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas pela DICAMI e pelo d. Ministério Público de Contas, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 100/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração;

10.2. Determinar à próxima Comissão de Inspeção a ser realizada no município de Borba que:

10.2.1. Verifique a implementação do sistema de controle de almoxarifado com registro contínuo e permanente de entrada e saída dos objetos adquiridos da Prefeitura Municipal de Borba;

10.2.2. Verifique se a Prefeitura está cumprindo com rigor as disposições atinentes às Inexigibilidades de Licitação e aos Pregões Eletrônicos, sobretudo no que tange às impropriedades consideradas não sanadas pela DICAMI e



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 13/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

pela DICOP;

10.3. Recomendar à Prefeitura Municipal de Borba que:

- 10.3.1.** Elabore os Demonstrativos Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa) de acordo com o estabelecido pelo MCASP, com informações relativas ao exercício anterior;
- 10.3.2.** Nas formalizações de atos jurídicos de licitações e contratos, devem constar todas as cópias das guias de notas de empenhos e liquidações;
- 10.3.3.** Nas contratações futuras, contenha a elaboração específica para cada termo jurídico de contratação, caso haja reincidência, sejam aplicadas as sanções da lei em vigor.
- 10.3.4.** Encaminhe todas as informações relativas aos RREO bimestrais ao sistema GEFIS tempestivamente, na forma da legislação de regência da matéria.
- 10.3.5.** Encaminhe todas as informações relativas aos dois semestres de 2017 do RGF ao sistema GEFIS, tempestivamente, na forma da legislação de regência da matéria;
- 10.3.6.** Mantenha seu portal de transparência sempre atualizado, em atenção à LRF assim como à Lei de Acesso à Informação.

10.4. Dar ciência ao Sr. Simão Peixoto Lima, bem como aos seus patronos, devidamente constituídos à fl. 4422, sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição
MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator
JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral